

A  
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00190.101234/2025-40

### RESPOSTA DILIGÊNCIA

A Empresa ASG ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS EIRELI, situada na Rua São José, 602 – Sala 111 – Lagoa Seca, Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.867.672/0001-97, neste ato representado pela sua Diretora Sra. Ilanna Kellen Pereira da Silva, portadora da Carteira de Identidade n.º 001.904.353, inscrita no CPF sob o n.º 013.775.954-12, vem encmainhar proposta de preços.

Objeto: Contratação de serviços de Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento dos insumos e equipamentos a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Controladoria-Geral da União, bem como em outros imóveis que venham ser ocupados pelo órgão em Brasília-DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

.Dessa maneira, solicita-se a devida justificativa para a definição do percentual de 2,78% para férias, com base em memória de cálculo clara e fundamentada, considerando a legislação vigente, convenções coletivas e jurisprudência aplicável e que seja comprovadamente exequíveis, sem comprometer a regularidade da execução contratual.

**Resposta: Percentual corrigido.**

Conta Vinculada – Multas Rescisórias sobre o FGTS (API + APT): a Administração informa que o percentual a ser recolhido mensalmente para a Conta Vinculada, relativo à soma das multas do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (API) e sobre o Aviso Prévio Trabalhado (APT), totalizara 4%, sendo este o parâmetro utilizado em sua estimativa de custos.

**Resposta: Percentual corrigido.**

Seguro de Acidente de Trabalho (SAT/RAT x FAP): a empresa declarou alíquota de 1,5% para o Seguro de Acidente de Trabalho (RAT x FAP). Solicita-se comprovação documental da alíquota informada, por meio de documentação oficial atualizada (preferencialmente dos últimos três meses do exercício de 2025), conforme previsto no Decreto nº 3.048/1999.

Resposta: Percentual utilizado se comprova observando o CNAE preponderante da empresa (81.11-7-00 Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios em anexo), que tem seu percentual aplicado conforme anexo I – Classificação nacional de atividades econômicas e grau de risco de acidente do trabalho associado 3%. Desta feita aplica-se o fator acidentário encontrado no FAPWEB 2025 (em anexo) 0,50%. Fórmula  $3,00 \times 0,50 = 1,50\%$  de RAT ajustado este foi aplicado na planilha.

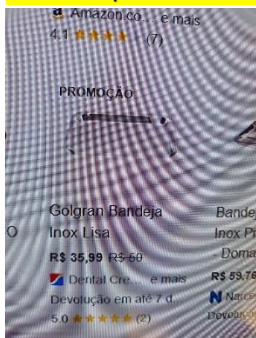
Auxílio Transporte e Auxílio Alimentação – Valores de Referência: na planilha de custos apresentada, consta apenas o valor total mensal para os benefícios de auxílio transporte e auxílio alimentação, sem o respectivo "valor unitário de referência" por trabalhador/dia. Solicita-se o preenchimento dos campos de valor de referência desses benefícios (células C51 e C52 das planilhas dos respectivos postos), ...

Resposta: Valor inserido diário de R\$ 44,30 (quarenta e quatro reais e trinta centavos) conforme Cláusula décima sétima – Auxílio alimentação e de R\$ 11,00 (onze reais diários) conforme Cláusula décima oitava – Vale transporte CCT DF 000042/2025.

Materiais Permanentes – Pesquisa de Mercado: observou-se que, para todos os materiais permanentes cotados na planilha, a empresa apresentou valores exatamente 30% inferiores aos obtidos na pesquisa de preços realizada pela Administração. Solicita-se a justificativa para essa diferença, com apresentação dos critérios utilizados na precificação e, se possível, documentação que comprove a viabilidade da aquisição dos itens pelos valores propostos.

Resposta: Gostaríamos que analisasse o item 01 – Bandeja De Aço Material: Aço Inoxidável , Comprimento: 37 CM, Largura: 23 CM, Aplicação: Servir Bebidas. Valor inserido R\$ 36,10 (trinta e seis reais e dez centavos), em pesquisa no Google podemos comprovar que o valor inserido condiz com a realidade do mercado (imagem abaixo).

Entendemos também que material permanente não tem sua durabilidade comprometida e sua depreciação pode e deve ser diluída por toda a execução do contrato. Inclusive na composição de planilha apresentada juntamente ao edital na aba de material de permanente e duradouro apenas é indicado para ser inserido na planilha de copeiragem 10% (dez por cento mensal de depreciação). Então finalizamos entendendo que os valores apresentados são coerentes com o mercado.



Capacidade de Fornecimento de Materiais de Consumo e Limpeza: solicita-se que a empresa comprove a capacidade de fornecimento dos materiais de consumo e limpeza previstos na proposta, em especial café, açúcar, copos descartáveis e água. Ressalta-se que esses insumos correspondem aos itens de maior consumo na execução contratual e que sua indisponibilidade comprometeria a regular prestação do serviço.

Tal comprovação poderá ser feita mediante apresentação de notas fiscais de aquisição junto aos fornecedores ou, alternativamente, por meio de pesquisas de mercado que demonstrem a viabilidade de adquirir os referidos insumos pelos preços informados na planilha de custos. A ausência do fornecimento regular desses itens poderá configurar inexecução parcial do contrato.

**Resposta: Nos responsabilizamos pelos valores inseridos na composição.**

Viabilidade Econômica – Custo Indireto e Lucro: considerando que a empresa preencheu a planilha de custos com percentual de 0,20% para custos indiretos e 0,20% para lucro, resultando em um total de 9,05% no Módulo 6 – Custos Indiretos e Lucro, solicita-se comprovação técnica da viabilidade econômica da proposta.

**Resposta: Encaminhamos para comprovação de exequibilidade do valor apresentado, bem como percentuais de tributação, taxa de administração e lucro contrato nº 16/2023, junto a Universidade Federal de Campina Grande UFCG, observa-se que a tributação utilizada foi de 8,65% (lucro presumido) taxa de administração de 0,10% (zero vírgula dez por cento) e lucro (0,10% (zero vírgula dez por cento) O contrato está em execução. Documentos anexados (contrato, aditivo de prorrogação, aditivo de acréscimo de mão de obra e planilha). Destaco ainda que conforme edital seria indício de inexecuibilidade o que destaco abaixo:**

**7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**A nossa proposta é de R\$ 1.647.686,15 (um milhão seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quinze centavos) o valor de cinquenta por cento orçado pela administração seria de R\$ 991.106,76 (novecentos e noventa e um mil cento e seis reais a setenta e seis centavos), comprova-se que atendemos ao item destacado acima.**

Ressalta-se que, conforme o Acórdão TCU nº 1.214/2013 (item 217), especialmente no caso de empresas optantes pelo regime de Lucro Presumido, a Administração pode considerar inexecuíveis as propostas cuja margem de lucro bruto somada aos encargos indiretos seja inferior a 11,33%, salvo se houver demonstração clara da exequibilidade. ...

Comprovação da Opção pelo Lucro Presumido – PIS e COFINS: solicita-se à empresa que comprove



formalmente seu enquadramento no regime de Lucro Presumido, mediante apresentação de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) atualizada ou documento equivalente atualizado (preferencialmente dos últimos três meses do exercício de 2025), a fim de justificar os percentuais de PIS e COFINS utilizados na planilha de custos.

**Resposta: Encaminhamos em anexo relatórios mensais e analítico da DCTFweb dos últimos 12 meses.**

Valor Médio dos Uniformes: Foi identificado que na aba "UNIFORME", da Planilha de Custos e Formação de Preços (PLANILHA ENVIAR) apresentada pela empresa, o cálculo do valor médio dos uniformes para os postos de Encarregado(a) Geral e Garçom apresenta fórmula errada (células E24 e E49), ... sendo que o valor final de uniformes considerado para composição dos custos dos respectivos postos não condiz com a média efetivamente obtida pelos valores de cada item apresentados pela empresa. Solicitamos que seja realizado os ajustes necessários nas fórmulas.

**Resposta: A correção foi efetivada.**

A exigência da garantia adicional encontra respaldo no art. 59, §3º da Lei nº 14.133/2021, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 1.214/2013 – Plenário e 1.793/2011 – Plenário, que reconhecem a legalidade da medida como instrumento de proteção à Administração Pública, Diante do exposto, ratifica-se a exigência da garantia adicional de proposta no valor de R\$ 37.195,34 (trinta e sete mil, cento e noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos), a ser apresentada pela empresa ASG Administração de Serviços Gerais EIRELI, como condição complementar para aceite da proposta.

**Resposta: A garantia foi anexada.**

Natal, 14 de julho de 2025.